



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



RACI

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO IDEAU

ISSN 1809-6212

Vol.3 - n.7 - Fevereiro - Julho 2008

Semestral

Artigo:

ANÁLISE DA PRODUÇÃO, DEMANDA E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ECOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE SANANDUVA - RS

Autores:

Diógenes Fracasso ¹

Ernane Ervino Pfuller ²

¹ Titulação: Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial – UERGS
Avenida Pioneiro Fiorentino Bacchi 311, centro, Sananduva, RS. Cep. 99840-000
e-mail: diogenes-fracasso@uergs.edu.br

² Titulação: Eng. Agrônomo e Educador Físico - UFSM e Mestre em Agronomia - UFSM
Identificação profissional: Prof. UERGS, IDEAU, UNOESC e UNC
Avenida Pioneiro Fiorentino Bacchi 311, centro, Sananduva, RS. Cep. 99840-000
e-mail: ernane-pfuller@uergs.edu.br

ANÁLISE DA PRODUÇÃO, DEMANDA E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ECOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE SANANDUVA - RS

Resumo: Nos últimos anos, a agricultura passou por grandes transformações. Estas transformações deixaram um rastro de destruição no mundo rural que também se reflete nas cidades. A perda de identidade camponesa, as políticas direcionadas para uma minoria, a destruição do meio ambiente entre outros, comprometem o desenvolvimento sustentável. Assim, o objetivo do trabalho foi trazer à tona, através de instrumentos investigativos, dados sobre os fatores sócio-econômicos e ambientais que fizeram a agricultura e a vida do planeta chegar a este estágio. A partir do trabalho, observou-se que, dentre os fatores que contribuíram para a situação atual podemos destacar: a falta de cuidado com as práticas agrícolas da agricultura convencional e, contrapondo a essa, o desenvolvimento da agricultura ecológica que procura fazer um trabalho de mínimos impactos no meio ambiente, conseqüentemente, oferecendo uma melhor qualidade de vida aos consumidores de seus produtos e às vidas dos agricultores. Há, porém, entraves que precisam ser superados para ter-se pleno êxito nesta atividade que vem crescendo gradativamente, principalmente a integração de todos os elos da cadeia de produtos agroecológicos. As entidades, os consumidores e os produtores são os principais agentes que precisam estar envolvidos e articulados para unir estes elos, além de observar o potencial de consumo, local e regional, dos produtos ecológicos

Palavras-chave: produtos orgânicos, alimentos ecológicos, sustentabilidade, comercialização, meio ambiente.

Abstract: In the last years, the agriculture passed for great transformations. These transformations had to leave a track of destruction in the agricultural world that if it also reflects in the cities. The loss of countryman identity, the politics directed for a minority, the destruction of the environment among others, compromises the sustainable development. Thus, the objective of the work was to bring to reality, through some instruments, as the factors partner-economics and ambient that had made the agriculture and the life of the planet to arrive at this period of training. Amongst the factors that had contributed for the current situation we can detach: the lack of care with the practical agriculturists of conventional agriculture and opposing to this the development of the ecological agriculture that it looks to make a work of minimum impacts in the environment, consequently better offering quality of life to the consumers of its products and the proper lives of these agriculturists. It has, however, impediments that they need to be surpassed to have full success in this activity that comes gradual growing, mainly the integration of all the links of the chain of products produced of ecologist sistem. T' entities, the consumers and the producers are the main agents whom they need to be involved and articulated join these links.

Keys-words: organic products, ecological foods, sustainability, commercialization, environment.

1 INTRODUÇÃO

Os impactos ainda presentes da “revolução verde” continuam afetando a diminuição da renda dos agricultores familiares na região de Sananduva e tem sido o motivador principal da opção de diversas famílias destes agricultores para a atividade agroecológica. Os problemas advindos, principalmente, pela contaminação com agrotóxicos, tem causado

desestruturação das propriedades no que se refere à disponibilidade de mão-de-obra e empobrecimento por gastos com deficiência de saúde.

A agricultura orgânica oferece numerosas vantagens com relação à preservação do meio ambiente quando comparada à agricultura convencional, na qual os produtos químicos utilizados podem contaminar a água, perturbar processos ecológicos, prejudicar microrganismos benéficos, além da possibilidade de causarem problemas de saúde aos produtores e consumidores.

Adicionalmente, a agricultura orgânica está orientada a melhorar a biodiversidade, restabelecer o equilíbrio ecológico natural e conservar o solo e os recursos hídricos.

Neste contexto, a agricultura orgânica conquista espaço para o seu desenvolvimento, pois é um sistema de manejo baseado no equilíbrio do ecossistema, no uso mínimo de insumos provenientes de fora da propriedade e em práticas de manejo que buscam restaurar e enriquecer o ambiente.

Neste sentido, faz-se necessário um estudo mais detalhado sobre o que estes acontecimentos e práticas de agricultura tem impactado na vida das famílias dos agricultores familiares e seus possíveis desdobramentos através da análise da produção, distribuição e consumo dos produtos agroecológicos no município de Sananduva

Assim, o objetivo geral do trabalho buscou analisar as possibilidades e os entraves para a produção, demanda e distribuição dos produtos agroecológicos no município de Sananduva/RS. Os objetivos específicos foram: identificar quantos são os agricultores que fornecem produtos agroecológicos no município de Sananduva/RS; detectar as principais mudanças ocorridas nos Sistemas de Produção que levaram os agricultores a optarem pela produção agroecológica; identificar os pontos limitantes da produção e comercialização dos produtos agroecológicos no município de Sananduva/RS e analisar o comportamento dos consumidores de produtos ecológicos no município de Sananduva/RS

2 METODOLOGIA

O estudo foi realizado no município de Sananduva, localizado na Região Nordeste do Rio Grande do Sul sendo que, num primeiro momento, foram realizadas pesquisas bibliográficas, através da leitura das obras relacionadas ao assunto, além de artigos e informações obtidas na Internet para contrapor as idéias de autores que tratam do tema,

identificando as convergências e divergências entre estes autores. Após, fez-se, fazendo uma sistematização das principais idéias, através do posicionamento crítico e analisando possíveis alternativas de solução aos problemas levantados, bem como, utilizou-se trabalhos realizados na área por acadêmicos e entidades que trabalham com a agricultura ecológica.

No segundo momento, foram realizadas visitas nas propriedades e, através da aplicação de questionários semi-estruturados obteve-se as informações necessárias para a discussão sobre a dinâmica da produção, demanda e distribuição dos alimentos agroecológicos no município.

Para a escolha das propriedades pesquisadas utilizou-se a amostragem dirigida, procurando atingir a diversidade de agricultores e sistemas de produção existentes. Essa amostragem contém agricultores mais representativos da categoria social previamente identificada.

Desta forma, sete famílias que praticam a agricultura ecológica, atualmente, no município de Sananduva, que atendem os espaços de comercialização, além de produção para o auto consumo, foram o objeto do estudo para este trabalho.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A agricultura está em crise. Embora as terras agricultáveis continuem a produzir pelo menos tanto alimento quanto no passado, há sinais abundantes de que as bases de sua produtividade ecológica estão em perigo (GLIESSMAN, 2001).

Mesmo no mais simples dos agroecossistemas, existem relações complexas entre as plantas cultivadas, as não cultivadas, animais e microrganismos do solo, e entre cada um desses tipos de organismos e o ambiente físico (GLIESSMAN, 2001).

3.1 Evolução da agricultura

Na pré-história, em torno de 12.000 A.C., Começaram a surgir as primeiras formas de agricultura (domesticação de espécies de vegetais) e pecuária (domesticação de animais), junto com a formação das primeiras aldeias agrícolas. Nesse período, o uso do fogo e de algumas ferramentas, assim como do esterco animal, passaram a fazer parte do cotidiano dos aglomerados urbanos, os quais deram origem às cidades (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

No Brasil, antes da chegada dos portugueses, as populações indígenas que viviam no litoral alimentavam-se, basicamente, de peixes e crustáceos, abundantes na costa brasileira. Esses restos alimentares deram origem aos fósseis chamados de sambaquis. Além disso, consumiam raízes (mandioca, cará) e praticavam a caça de pequenos animais nas áreas próximas à Mata Atlântica. O crescimento populacional e a queda da fertilidade dos solos utilizados após anos de sucessivas culturas no continente europeu, causaram, entre outros problemas, a escassez de alimentos. Nesse sentido, por volta dos séculos XVII e XIX, intensifica-se a adoção de sistemas de rotação de culturas com plantas forrageiras (capim e leguminosas) e as atividades de pecuária e agricultura se integram. Esta fase é conhecida como Primeira Revolução Agrícola (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

Já os colonizadores europeus, desde o século XVI, realizaram a devastação das vegetações litorâneas brasileiras, iniciadas com a exportação do pau-brasil como matéria-prima para tingir tecidos. Posteriormente, através das culturas de exportação ("plantations"), como a cana-de-açúcar seguida pela pecuária extensiva, passando pelos ciclos do ouro, para chegar à exploração do café. Toda a economia era voltada para a exportação. Um continente com terras inexploradas a milhões de anos seria extremamente fértil a qualquer tipo de exploração agrícola. Até porque, conforme escreveu Pero Vaz de Caminha : "...em se plantando tudo dá..." (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

No final do século XIX e início do século XX, os problemas de escassez crônica de alimentos em solos europeus intensificam-se, levando a uma série de descobertas científicas e tecnológicas: fertilizantes químicos, melhoramento genético, máquinas e motores à combustão. Estas descobertas possibilitaram o progressivo abandono das antigas práticas, levando a uma especialização dos agricultores tanto nas culturas quanto nas criações (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

Inaugurava-se uma nova fase nos sistemas agropecuários, na qual a forma de conceber e gerenciar a atividade rural passa a ser chamada de Agricultura Industrial (AI), Agricultura Convencional ou Agricultura Química. Esta fase é chamada de Segunda Revolução Agrícola (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

Em meados do século XVIII e no século XIX, após um crescimento contínuo da grande lavoura de exportação (cana-de-açúcar), que se confundiu com a expansão do café pelas serras e vales do interior da província do Rio de Janeiro, começaram a aparecer sinais evidentes de que a agricultura brasileira vivia uma profunda crise. Esta crise era atribuída, sobretudo, à falta de braços (pelo fim da escravidão) e de capitais, além do atraso técnico e administrativo na condução das lavouras (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

A maioria dos grandes proprietários acreditava na exploração extensiva dos sistemas de produção, através da expansão das fronteiras agrícolas, abandonando as lavouras atuais quando estas não tivessem mais produtividade satisfatória e indo em busca de novas áreas reiniciando, assim, o ciclo de exploração da fertilidade dos solos. Esta era a cultura nômade de expropriação do solo brasileiro, na qual pouco se pensava nas consequências negativas dos manejos agropecuários empregados, especialmente no que diz respeito à destruição florestal (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

3.2 Agricultura sustentável e competitiva

O produtor agrário desempenha atividades diretamente associadas com a natureza. De acordo com Muller (1999), o produtor necessita dispor de conhecimentos sobre tipos de solos, topografia, clima e uso de variedades de sementes e de híbridos. Deve considerar as opções de cultivo e o uso de fertilizantes químicos e pesticidas, bem como seus impactos nos diversos tipos de solo. Deve, ainda, esforçar-se por conservar os ativos de seu negócio, incluindo aí os solos e as reservas de água, com vistas ao seu uso futuro. O produtor agrário confronta-se diretamente com vários elementos do meio ambiente.

Os produtores agrários, como homens de negócio, tomam decisões com base em informações recebidas de diversos mercados e de outras fontes. Parte dessas informações inclui os preços dos insumos, preços dos produtos da lavoura e da pecuária, taxas de juros, políticas para o setor agropecuário e políticas de meio ambiente dos governos federal, estadual e municipal. Eles devem considerar ainda a variedade de forças que sinalizam o que plantar e como fazê-lo. Aí estão incluídas as condições dos solos e das águas, os tipos de demanda dos compradores (agroindústrias, super-mercados, feirantes), as recomendações dos técnicos públicos e privados e, quando existem, levar em conta as relações com centros de pesquisa e universidades. Pela variedade e quantidade de informações, depreende-se que nem sempre os sinais são consistentes, mas muitas vezes contraditórios, o que revela a complexidade de escolhas para a tomada de decisão. Numa situação dessas, como o agricultor poderá compatibilizar a competitividade econômica com a sustentabilidade ambiental? Em outras palavras, como ele poderá manejar uma agricultura sustentável que seja também competitiva nos mercados? (MÜLLER, 1999).

O desenvolvimento tecnológico de agricultura no Brasil, sobretudo na segunda metade do século passado, permitiu a incorporação de um conjunto de tecnologias “avançadas” ou “modernas” que, aumentaram a produção e a produtividade das atividades agropecuárias, a par de alterar as relações sócias no campo. Contudo, a incorporação dessas

tecnologias freqüentemente ocorreu de forma inadequada à realidade do meio rural, seja pela maneira como se deu essa implantação, seja pela natureza das tecnologias introduzidas, gerando impactos ambientais e sociais negativos (PAULUS, 2006).

De um lado, o produtor está envolvido no processo de abertura da economia nacional para o exterior, sendo que os preços, as quantidades e a qualidade e os requerimentos de distribuição exigidos internacionalmente lhe são dados como parâmetros. Relativamente às décadas anteriores, as políticas públicas tornaram-se mais frágeis, quando não desapareceram, no que se refere à ajuda financeira, à assistência técnica e à estocagem, exigindo-lhe um maior espírito empresarial. A abertura da economia não só lhe acena com as exportações, mas também com importações, e ainda com a competição de outras regiões do próprio país. Ora, tudo isso o obriga a considerar um número bem maior de variáveis na tomada de decisão (MÜLLER, 1999).

De outro lado, o produtor se acha envolvido com os efeitos nocivos crescentes do modo agrícola de produzir: o uso de pesticidas e fertilizantes químicos, a erosão dos solos e a contaminação das águas; as exigências dos consumidores - como opinião pública e como mídia - preocupados com a saúde, portanto, com a qualidade dos alimentos. Tudo isso o obriga a levar em conta os impactos de sua atividade no meio ambiente. É evidente que não há uma resposta simples à questão de como compatibilizar uma agricultura sustentável e com uma agricultura competitiva. O que vale a pena ressaltar, de momento, é que uma resposta realista e atual tem que “percorrer” a sociedade toda: um circuito de fluxos que conforma um sistema amplo, que relaciona as decisões individuais dos agricultores com as dos outros grupos da sociedade, suas organizações e instituições. Inúmeras forças interagem, influenciando as decisões no âmbito das unidades produtivas agrárias. Essas decisões geram fluxos de produtos (leite, carne, grãos, madeira) e de matérias-primas; geram também fluxos externos aos sítios e fazendas, positivos ou danosos, que recaem sobre o meio ambiente - as externalidades. A quantidade e a qualidade de alimentos e de outros produtos das atividades agrárias, juntamente com os “serviços” prestados pelas florestas, como a água limpa e o ar puro, fluem para a sociedade como um todo, afetando a opinião que as pessoas tem sobre as atividades agrárias; o que, por sua vez, afeta os sinais recebidos pelas instituições e organizações associadas à agricultura (MÜLLER, 1999).

3.3 A dimensão regional do desenvolvimento

A dimensão regional do desenvolvimento é aceita como detentora de uma grande importância, prática e teórica, ainda que não se saiba muito bem, na prática, que grande

importância seja essa. Para nós, latino-americanos, o fato do regional ter importância não é nenhuma novidade, pois não faltaram experiências de planejamento regional, inseridas no modelo havia adentro do pós-segunda guerra, que visava criar pólos de desenvolvimento e realizar as forças latentes das localidades. A importância atual parece residir, de um lado, na exaustão do modelo mais geral de industrialização e modernização de nossas sociedades, cujo epicentro era o estado nacional, voltado à expansão do mercado interno e, de outro, na radical transformação no modo de produzir, distribuir e consumir, um dos núcleos do furacão que atende pelo nome de globalização, e que, por vias diversas, relaciona-se com a descentralização, sendo a região uma de suas escalas (MÜLLER, 1999).

As comunidades regionais e as sociedades nacionais, para se desenvolverem, estão sendo agora obrigadas a se valer, cada vez mais, de suas próprias forças, através de suas capacidades adaptativas à inserção mundial e através da criação de empregos e rendas regionais. É nas complexas inter-relações entre globalização e descentralização que se situam as forças e as expectativas da grande importância que a dimensão regional parece deter no desenvolvimento. Aqui estão as três grandes forças que tendem a conformar o desenvolvimento atual: a competitividade, a equidade e a ecologia – os novos parâmetros para determinar a região. Neste sentido, a região é uma territorialização dessas forças, provocada pela descentralização na globalização. Teríamos, dessa feita, uma “racionalidade regional”, com suas atividades agrárias e espaços rurais, com suas atividades industriais e de serviços e com suas organizações e instituições. As categorias básicas tradicionais desta racionalidade, como “distância”, “fricção do espaço” e “contigüidade”, habituais na definição de região, estariam em franca e rápida mudança. O que não quer dizer desaparecimento. No contexto latino-americano dos anos 90, que é radicalmente distinto daquele das décadas anteriores – porque marcado pela democratização, pela aspiração à gestão regional e pela abertura para o exterior – a “racionalidade regional” está sendo revista (MÜLLER, 1999).

Por conseguinte, o entendimento de região como um território determinado, onde ocorrem os conflitos e as cooperações geradas pela aplicação dos princípios de competitividade, equidade e ecologia, não se define mais tão somente pela contigüidade física de suas atividades econômicas e instituições específicas, mas fundamentalmente pela gestão privado/pública, pública estatal e não-estatal, das transformações econômicas, tecnológicas, ambientais, organizacionais e institucionais. Nesta formulação está implícita a idéia da região constituir-se em um sistema complexo, articulado com seus entornos, e que procura sempre evitar a institucionalização do desenvolvimento regional em seus aspectos tendentes à rigidez e à burocratização, e que busca suscitar a participação da sociedade civil na gestão territorial.

Em outros termos, a região, enquanto escala de territorialidade, é a descentralização na globalização (MÜLLER, 1999).

3.4 Construindo canais de comercialização de produtos orgânicos

A agricultura ecológica, sustentável, orgânica ou de conservação tem a ver com o bom uso dos solos. Busca-se evitar sua degradação, para garantir que as gerações futuras também possam usá-los. . (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

O alimento orgânico é muito mais que um produto sem agrotóxicos. É o resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar de forma equilibrada o solo e demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos, etc.), conservando-os a longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos. (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

Como qualquer outro setor emergente, a agricultura e a agroindústria orgânica carecem de marketing. A palavra marketing não se refere à tradução estereotipada do termo como propaganda ou promoção. Usamos marketing no seu sentido mais amplo, de planejamento de marketing visando resultados econômicos e satisfação de clientes através de bons produtos ou serviços, preços ajustados ao público-alvo, canais de comercialização e promoção eficientes (PLANETA ORGÂNICO, 2006).

Todos os tipos de commodities podem agregar valor de mercado se forem seguidas estratégias de marketing adequadas. Basta ver como existem marcas fortes em setores em que os produtos seriam aparentemente iguais, como é o caso do açúcar, água mineral e sal. O orgânico, pela própria definição do nome já se reserva certo valor adicional, no entanto isso apenas não resolve (WEICHERT, 2003).

O setor precisa se profissionalizar rapidamente. Muitos empresários ainda são ou se comportam, em essência, como produtores rurais. Dentro da porteira, temos obtido bons resultados. Mas é depois da porteira que se travam as grandes batalhas de marketing e é preciso sair deste limite, abrir as porteiras e marchar em busca de maiores oportunidades. O desafio do setor, em nossa opinião, é esse! (WEICHERT, 2003)

Porém, antes é preciso planejar estrategicamente. De alguma forma o nosso produtor rural orgânico precisa iniciar um processo de processamento ou industrialização de sua produção e tornar-se um agroindustrial. A competição hoje é por posicionamento e os produtos industrializados possuem muito mais características e benefícios a serem ofertados do que os produtos primários. O valor de um quilo de produto se multiplica diversas vezes a partir do momento que se faz uma lavagem, desinfecção, embalagem, e se cola um selo de qualidade com uma marca definida (WEICHERT, 2003).

Algumas agroindústrias orgânicas já fazem este trabalho com maestria. A partir de um bom plano de marketing, identificam suas competências e barreiras de sucesso, definem objetivos, metas, estratégias e ações. Suas marcas vêm crescendo de valor e conquistando participação em mercados (WEICHERT, 2003).

Pequenos e médios produtores, que são a grande maioria, precisam seguir caminhos semelhantes. Em suas regiões de atuação, devem ser buscadas as sinergias de modo que juntos possam conquistar vantagens competitivas, que isoladamente não poderiam aplicar. Um dos grandes objetivos é a conquista da escala de produção, fator determinante nos fluxos de entrada e de saída, e que, ao final, irão determinar custos e margens. Algumas regiões têm esse processo tão bem estruturado que passam a formar agriclusters, sistemas resultantes do fortalecimento de cadeias produtivas regionais, integradas, com geração de vantagens competitivas, difíceis de serem copiadas. Ainda não temos conhecimento de um agricluster orgânico no Brasil, mas temos certeza de que há forte potencial (WEICHERT, 2003).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho de levantamento de dados foi realizado no município de Sananduva. Este município está localizado na parte superior oeste da Serra Gaúcha, estando entre a região fisiográfica do Planalto Médio e dos Campos de Cima da Serra. A topografia do município mescla terrenos dobrados e pedregosos, na parte oeste e terrenos de planície na parte leste. A população total de Sananduva é de aproximadamente 14.700 habitantes (29 hab/Km²), sendo que 61% desta população estão na área urbana e 39% na área rural, onde há 46 comunidades (CETAP, 2005).

A principal atividade econômica é a agropecuária: soja, milho, trigo, cevada, feijão, suínos, aves, gado de leite e gado de corte e as principais agroindústrias locais são de embutidos de suínos e produção de farinhas (de trigo e de milho). Também há agroindústrias que atuam na área de laticínios, da vitivinicultura (cantinas), dentre outros tipos de produtos. No setor industrial (zona urbana), destacam-se as áreas moveleiras, madeiras e metalurgia (CETAP, 2005).

Em 1998 (com base no censo municipal) existiam 1.373 estabelecimentos rurais, ou seja, 72% dos 1.902 estabelecimentos existentes em 1985, o que demonstra uma redução de 529 estabelecimentos. Em 1998, 93,28% dos estabelecimentos tinham área de até 50 ha,

ocupando 55,63% da área total. Portanto, há o predomínio da agricultura familiar no município, sendo que as políticas e ações precisam considerar esta realidade (CETAP, 2005).

Segundo PAULUS (2006), a agricultura de base familiar tem sido para muitos trabalhadores a principal atividade geradora de trabalho, renda, alimentos e dignidade. Esse tipo de agricultura no Brasil é responsável por mais de 40% do valor bruto de produção agropecuária e suas cadeias produtivas correspondem a mais de 10% de todo o produto Interno Bruto (PIB) que é o conjunto de bens e serviços produzidos no país, descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante o ano. Ainda, ela representa 84% dos estabelecimentos rurais e emprega 70% da mão-de-obra do campo. Produz grande parte dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros: 67% do feijão, 84% da mandioca, 58% da carne suína, 52% do leite, 49% do milho, 40% das aves e ovos e grande parte das frutas e hortaliças

Em relação aos aspectos ligados ao meio ambiente observa-se que são cultivados, aproximadamente, 25 a 30 mil ha/ ano com culturas anuais, utilizando-se, aproximadamente 200 mil litros/ano de agrotóxicos, além de fertilizantes químicos. Em áreas mecanizáveis, o plantio direto é realizado em praticamente 100% da área; e, em áreas não mecanizáveis o plantio direto é realizado em 70% da área (CETAP, 2005).

Segundo CETAP (2005), aproximadamente 10% das áreas agrícolas contêm mata nativa ou de reflorestamento (pinus, eucalipto, erva-mate, etc). Estima-se que 90% dos mananciais hídricos não tenham proteção com matas e que existam aproximadamente 130 poços artesianos no município. Cerca de 90% do esgoto residencial da área urbana não recebe tratamento e é despejado nos rios.

4.1 Iniciativas de produção ecológica

No período final dos anos 80 e início dos anos 90, inicia-se o cultivo de hortigranjeiros, com o objetivo de abastecer a região e comercializar na CEASA (Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul) em Porto Alegre. A produção de alho teve grande incentivo, além da cenoura e beterraba. Foi criada a “Associação de Produtores de Hortigranjeiros” (A.P.H.) e foram cultivados mais de 600 ha, porém, devido a frustração da safra (doença no alho), incertezas quanto ao mercado e os investimento elevados, a iniciativa não vingou. Atualmente não passam de 5 a 10 ha cultivados com alho. Nesse período, esses cultivos não eram ecológicos (CETAP, 2005).

Observando os dados coletados com os agricultores ecologistas percebe-se que há no município 72 ha de área nas propriedades destinadas à produção agroecológica e desta

quantidade reserva-se 26 ha com plantações de culturas anuais e pomares. O restante, que são em torno de 46 há, são reserva de mata nativa e terrenos impróprios para a prática agrícola com pequena contribuição para obter-se renda financeira. Há, contudo, a percepção de ter reservas para a conservação dos ecossistemas.

Da totalidade dos agricultores entrevistados, percebeu-se que ainda poderá, num curto espaço de tempo, haver a expansão da superfície cultivada com produtos ecológicos em, aproximadamente, 38 ha, sendo que a principal dificuldade para esse aumento e a deficiência de mão-de-obra.

Dois problemas observados de difícil solução, principalmente, pela cultura da região são: a) o de que os agricultores não fazem planejamento de produção entre si, causando, em certas épocas do ano, uma super oferta de produtos e em outras épocas escassez e; b) não há um controle de custos da produção ecológica o que acarreta uma insegurança quanto ao futuro das propriedades. Contudo, foi observada uma satisfação dos agricultores nessa atividade e também a intenção de continuar trabalhando nesse ramo.

A principal causa que levou as famílias a optarem pela agroecologia foi a questão de saúde. Muitos foram os casos relatados de intoxicação por agrotóxicos durante o levantamento de dados.

A mecanização das propriedades de agricultores que trabalham com agricultura ecológica é predominantemente baixa. Os fatores para esta situação são a presença de terrenos declivosos e a falta de capitalização dessas famílias para a aquisição das máquinas.

Atualmente, no município de Sananduva, ocupam-se da produção de produtos ecológicos 19 pessoas, de 07 famílias, que além de produzirem também são responsáveis pela comercialização de seus produtos.

4.2 Potencial de consumo – a urbanização e o surgimento das cidades

No que se refere à demanda pelos produtos ecológicos apresentamos resultados do estudo realizado em mercados e restaurantes que comercializam produtos alimentícios agroecológicos, além de consumidores que usam estes produtos nas refeições em casa.

No Brasil, foi na década de 1960 que a população urbana superou a população rural. Na região norte do estado o crescimento das cidades teve maior impulso no período de 1960/1980, período de industrialização da agricultura (com o estímulo e a adoção ao uso de máquinas, equipamentos, agrotóxicos, etc); a chamada “revolução verde”, conforme tabela 01 (CETAP, 2005).

Tabela 01 - População nas maiores cidades próximas à Sananduva (num raio de aproximadamente 100 Km).

Municípios	Distância de Sananduva (Km)	Habitantes em 1985	Habitantes em 2004
Erexim	70	63.730	96.310
Getúlio Vargas	40	29.322	16.222
Tapejara	40	19.963	15.123
Passo Fundo	100	131.920	182.233
Marau	90	28.157	31.586
Lagoa Vermelha	50	25.568	28.618
Sananduva	-	14.744	14.896
TOTAL		313.404	399.884

Fonte IBGE (1985 e 2004)

Estes municípios, juntamente com os demais da região, perfazem uma população de mais de 500 mil pessoas, o que representa um potencial de consumo bastante significativo. Portanto, quem se organizar na produção de alimentos (hortigranjeiros, etc.) poderá ocupar este mercado, que é suficiente para viabilizar centenas de famílias de agricultores familiares (CETAP, 2005).

A urbanização, que é recente nesta região e no país, torna real e crescente a demanda por alimentos porém a população urbana não deve ser vista apenas como mercado consumidor, pois possui força social e política que podem contribuir para dar maior visibilidade às ações de produção e consumo de alimentos ecológicos (CETAP, 2005).

Em Sananduva também ocorrem mudanças em relação à população rural e urbana. Em 1985, dos 14.774 habitantes, 8.639 (58,5%) estavam no meio rural e 6.135 (41,5%) no meio urbano; e em 2004, dos 14.896 habitantes, 39% estavam no meio rural e 61% residiam na área urbana (CETAP, 2005).

Tendo presente esta realidade e objetivando a comercialização da produção ecológica, que toma proporções acima do cultivo para a subsistência, é criada, em 1998, a feira ecológica, com aproximadamente 15 famílias. Além da feira, cria-se espaços alternativos para a comercialização com espaços em mercados, rede de entrega a domicilio e pequenas feiras em bairros.

Atualmente, além da feira, que funciona nos sábados pela manhã na praça central, mantém-se a comercialização destes produtos em mercados e a participação quinzenal na feira ecológica do município de Passo Fundo.

Para os comerciantes, que comercializam ou poderiam via a comercializar produtos ecológicos, as principais dificuldades de abastecimento são: de encontrar determinados

produtos (para 55% dos entrevistados), irregularidade na oferta (para 50% dos entrevistados) e, preços mais elevados em relação aos convencionais (para 40%), conforme Figura 01.

Assim, para estes comerciantes adquirirem produtos ecológicos de agricultores locais, é necessário: para 90% dos entrevistados, a garantia de regularidade, boa qualidade/apresentação (para 80%), diversidade de produtos (para 60%), produtos regularizados (para 60%) e que sejam embalados/pesados (para 55%). Os agricultores que fornecem produtos ecológicos precisam ficar atentos a estes importantes detalhes (Figura 02).

A maioria dos consumidores entrevistados, ou seja, 85%, adquirem produtos ecológicos, no máximo duas vezes por semana, sendo que, havendo a oferta desses produtos essa proporção de compra seria maior, os produtos convencionais seriam, em certa medida, substituídos pelos ecológicos. Há também a disponibilidade da continuação da compra desse tipo de produtos, segundo a resposta dos entrevistados.

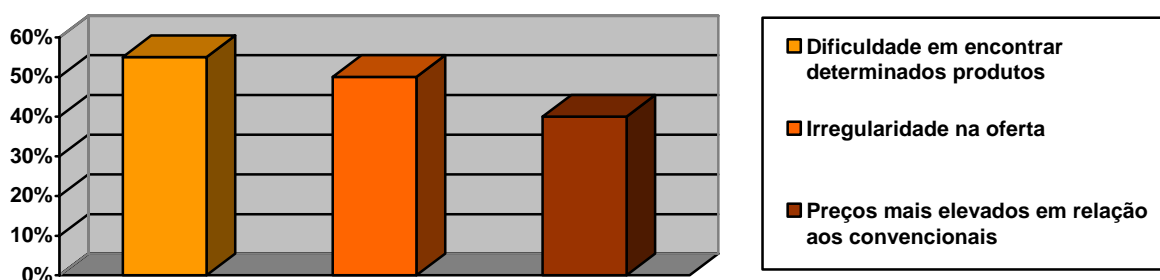


Figura 01 – Principais dificuldades de abastecimento para comerciantes entrevistados que comercializam ou poderiam via a comercializar produtos ecológicos.

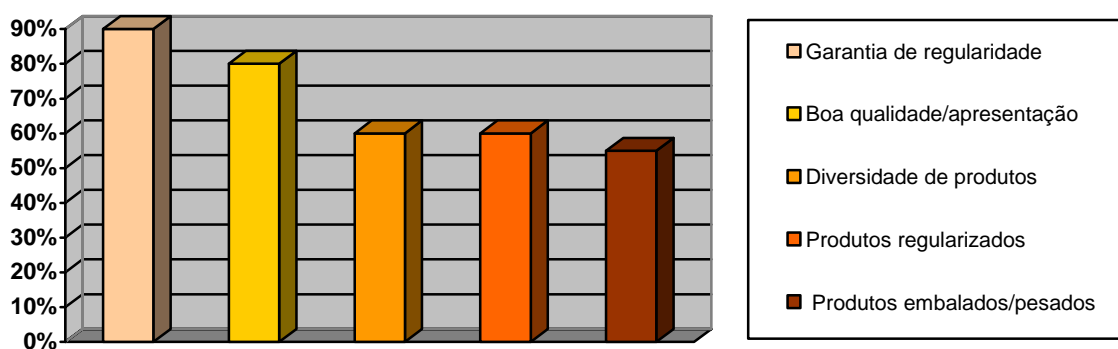


Figura 02 – Fatores que influenciam comerciantes entrevistados para que adquiram produtos ecológicos de agricultores locais

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados e tendo presente o que se observa através da história da evolução da agricultura, pela revisão de literatura, pode-se afirmar que a produção e comercialização de produtos ecológicos no município de Sananduva é plenamente viável e pode ainda incorporar muitas outras famílias.

Há uma procura por estes produtos. As pessoas tem tido uma preocupação especial com a saúde e consomem alimentos ecológicos para fazer frente a maioria dos produtos de hoje serem industrializados contendo uma forte carga química, além de não se saber, ao certo, a origem dos mesmos.

É necessário dar atenção especial à qualidade e à aparência dos produtos, pois, mesmo sem ter tanta importância para o consumidor do produto ecológico, estes fatores são determinantes quando houver competição entre produtos hortigranjeiros, produzidos por agricultores agroecologistas ou não. Também se deve levar em consideração a estrutura familiar e estilo de vida que as pessoas estão vivendo, oferecendo porções menores e produtos processados e semi-processados.

Deve-se observar o potencial consumidor regional que são os municípios vizinhos, quando houver oferta e a comercialização no comércio local ficar prejudicada. São mais de 500 mil pessoas que precisam se alimentar, sendo que muitas dessas, se tivessem a possibilidades de encontrar alimentos ecológicos disponíveis poderiam adquiri-los.

É possível, além da questão ética, fundamental para o êxito da agricultura ecológica, explorar comercialmente uma prática de agricultura que minimiza os impactos ao meio ambiente. Assim aproveitando, inteligentemente, o momento em que toda a sociedade está voltada para a preservação dos recursos naturais, sendo que a agricultura ecológica atende à este quesito.

Sugere-se a organização de um banco de informações com os dados de todos os agricultores e de seus produtos, dos possíveis consumidores e quais produtos demandam e das entidades e pessoas que dão apoio ao projeto da agricultura ecológica para, assim, no momento que se necessite de informações, seja possível obtê-las com agilidade. A informática, atualmente, oferece estas condições, e, a baixo custo.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WEICHERT, Marcus Andréas. **Construindo Canais de Comercialização de Produtos Orgânicos**. Novembro de 2003 – Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br>> (acesso em 16 de dezembro de 2006).

MÜLLER, Geraldo. **Economia & Ecologia e Agricultura Sustentável**. Julho de 1999 – Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br>> (acesso em 16 de dezembro de 2006).

CETAP. Centro de Tecnologias Alternativas Populares. **Levantamento Sobre Demanda e Consumo de Hortifrutigranjeiros na Região de Sananduva/RS**, 2005

GLEISSMAN, Stephen. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. - 2.ed.- Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

PLANETA ORGÂNICO. **História Breve da Agricultura** – Disponível em <<http://www.planetaorganico.com.br>> (acesso em 20 de dezembro de 2006).

PAULUS, Gervásio. **Agricultura Familiar: Caminhos e Transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2006